

DOCUMENTOS ESTUDOS

CALAZANS FERNANDES

Angola: Depoimento

AS AUTORIDADES portuguesas espalharam rumores nos últimos dias de que padres católicos nativos estão ministrando o Sacramento da Comunhão com Óstia envenenada para matar os brancos. Não é esta a primeira vez que circulam boatos dêsse tipo. Noutras ocasiões êles foram seguidos de violenta campanha contra os religiosos.

Isso é prenúncio de que a PIDE planeja uma nova incursão contra conventos e igrejas protestantes em tôda Angola.

A perseguição contra o clero e os pastores protestantes, é parte dos preparativos para a grande ofensiva projetada para os primeiros meses de 1962, quando voltam as chuvas e, com elas, os nativos voltam a controlar todo Norte, o interior, obstruindo estradas, pontes e esbarrando a marcha do Exército português contra os redutos nacionalistas localizados nas selvas. Na repressão contra os que lutam pela independência, além do negro parece ser a figura do padre, do pastor, a mais visada. Muitos padres já morreram, outros estão presos, outros desaparecidos.

A colonia de Angola, a que o Govêrno de Lisboa chama enfaticamente de

“Provincia Ultramarina”, é quase do tamanho da Europa Ocidental e 12 vezes maior que Portugal. Nela vivem 4.500.000 habitantes, dos quais apenas 200 mil são brancos, incluindo aí fôrças do Exército, da Marinha, da Fôrça Aérea, funcionários civis, agentes da Polícia e portugueses emigrados da metrópole para a riqueza fácil na “provincia”.

Angola é o nome de um antigo reino africano descoberto pelos portugueses no século XV e que até metade do século XIX não tinha ainda controlado, senão uma fina faixa de terra litorânea, cuja efetiva pacificação e ocupação começou mesmo a menos de 100 anos. A presença portuguesa sempre despertou sérias resistências, que se alastraram até hoje. Os acontecimentos de agora são, porém, os mais amplos, maiores que a famosa revolta de “Ovimbundu”, de 1902 e também que o levante de “Bakongo”, de 1913.

Escrito em outubro de 1961 em Luanda, onde o autor se encontrava na qualidade de enviado especial de revistas e jornais do sul do país, o presente documento ainda não foi divulgado. Daí a importância da presente publicação.

Aqueles que se oponham a êsta escôlha arguindo um tratamento jornalístico ser inadequado a uma revista universitária respondemos previamente que ainda não é por uma forma jornalística de exposição que se comprometerá a seriedade intelectual que “Estudos Universitários” visa desenvolver.

(Nota do secretário).

Contra a resistência dos plantadores portugueses, em 1850, fizeram-se tentativas de acabar com a escravatura (o trabalho forçado existe ainda hoje) nas fazendas do interior. Da escravidão permanente passou-se para a “servidão periódica”. Esse disfarce de escravatura é que perdura nos tempos atuais sob o nome de “mão de obra contratada”, e que, segundo informação constante de pesquisas officiosas, “emprega” em campos de trabalho do Govêrno ou particulares, 379.000 angolanos.

Fundamenta-se (a contratação”), numa lei que obriga o angolano (menos o assimilado) a trabalhar para um empregador europeu, durante um período de seis meses, cada ano. A lei estabelece: “cada homem adulto fisicamente habilitado”. Os “contratados” são recrutados pela fôrça, ou presos pela autoridade, arrebanhados nas aldeias, nas cidades, nos sítios, nas estradas, na selva. A reação pode implicar na morte sumária, dependendo de uma simples comunicação do patrão à Delegacia de Polícia mais próxima.

Jack Wodis, no seu livro *África, Raízes da Revolta* diz à página 87 (“os 379 mil escravos de Angola”), referindo-se à África Portuguesa e citando outro autor, que o Comité de Trabalho Forçado *ad hoc* das Nações Unidas “expressou, em 1953, que a crença de que, embora o trabalho forçado estivesse proibido, houve certas restrições e excessão na legislação que permitiu o trabalho forçado ou compulsório”. Prossegue Wodis afirmando que o mesmo autor, num estudo sôbre Angola, afirma que alí há “hoje mais escravos... do que há 50 anos”.

O sistema “e o de que cada africano

do sexo masculino em Angola, ou na prática, os que tiverem a idade aparente superior a 10 anos, é obrigado a provar que trabalhou por seis meses no ano anterior, ou está trabalhando no momento em que lhe tomam a informação. Se não estiver ocupado em alguma coisa, é enviado a um trabalho forçado”. Segundo Wodis foram verificados. . . . 379.000 “contratados” no Departamento de Assuntos Nativos de Luanda. Refere êle a um diálogo com um senhor Monteiro, gerente geral das plantações de açúcar de Cassequel, em que o citado senhor confessa que para os recalcitrantes o remédio é o Posto Policial, onde começando pelo castigo da palmatória, a surra pelo açoite, de acôrdo com o número de golpes, o nativo vai até a morte.

Depois de anos de trabalho forçado os sobreviventes regressam às suas aldeias, de mãos vazias, porém calejadas, onde tentarão a integração na comunidade tribal, já cansados, decreptos, inaptos para a agricultura, a pesca e a caça.

As primeiras manifestações de reação política, ainda fracas e clandestinas, surgiram no começo de 1950, em parte como consequência e repercussão de agitações políticas ocorridas em países vizinhos. A Polícia sempre respondeu com o fuzilamento os movimentos oposicionistas. Em 1960, as autoridades de Luanda julgaram e mataram 45 nativos e 7 portugueses ocupados em atividades “perigosas para o Estado”. Em junho do mesmo ano, entre 52 africanos presos, estava o padre Joaquim Pinto de Andrade, chanceler do Arcebispado católico de Luanda e o dr. Agostinho Neto,

poeta, médico querido entre o povo e um dos cabeças do movimento de resistência. A prisão dêsse médico, de fundas ligações populares, teve repercussão maior que a Polícia supunha. Surgiram rumores sôbre uma marcha de protesto contra o Palácio do Governador Português em Luanda. Na Europa publicaram-se notícias filtradas diretamente de Luanda dando conta de um massacre executado por soldados portugueses em aldeias indígenas. Meses depois, um relatório publicado em Londres contava que a 8 de junho, nativos da aldeia de Agostinho Neto (a este de Luanda) foram a Catête pedir sua libertação, sendo repelidos a bala e morrendo 30 deles. No dia seguinte, os soldados marcharam sôbre "Benga" e "Icolo", aldeias de onde procediam os manifestantes e, aí, mataram e prenderam centenas de nativos.

A 1.º de julho o Congo Belga transformou-se em República do Congo. A mudança logo surtiu seus efeitos em Luanda: as matas do Norte, na fronteira com o Congo, transformaram-se em QG de uma guerrilha cautelosa. Os membros da tribo "Bakongo" (os mesmos da revolta de 1913) confraternizaram a independência dos irmãos congolezes, que lhe estenderam as mãos do outro lado. A confraternização ascendeu nêles, mais uma vez, o fôgo da liberdade.

Durante todo 1960 a tensão aumentou ainda mais. Uma carta de um pastor africano, chegado à Nigéria, assim pinta a situação: "...o toque de recolher em tôda Angola é às 22 horas. Mas isto não

quer dizer que um africano encontrado antes nas ruas de Luanda não possa ser preso ou mesmo assassinado. Os colonos ameaçam os nativos com uma guerra de destruição. Aviões realizam vôos razantes sôbre aldeias, levando o pânico e também bombas incendiárias. Por tôda Luanda surgem as paredes pixadas com "vivas à indepência". A reação portuguesa surge com maior ferocidade. 1961 começa com a revolução aberta, uma nova fase para Luanda, a fase da redenção. A primeira reação de 1961 começou com o ataque da prisão de São Paulo, em Luanda, quando os africanos resolveram responder a violência com mais violência. Pegaram a Polícia de surpresa e morreram alguns homens. Na noite do mesmo dia, Polícia e Exército, ajudados por colonos armados, invadiram os bairros africanos, mataram, espancaram. Uma testemunha que depois conseguiu fugir de Luanda conseguiu ver, só ela, 49 cadáveres, centenas de feridos e centenas de prisões. "Time Magazine" diz que um motorista de praça confessou ter visto passar cinco caminhões carregados de cadáveres. O relato termina com acenos animadores para a vitória.

No Norte, logo a 15 de março (1961), os "Bakongo" responderam com uma ação maciça. Terror e vingança escondiam-se na floresta. Casas e plantações de europeus foram invadidas e houve pelo menos 200 mortos. Foram divergentes as informações surgidas sôbre o verdadeiro número de mortes nesse massacre. Correspondentes ingleses, em Luanda, fizeram publicar em Londres, que a cifra subia a 500 e mais de 500. "Time" disse que não passaram de 350. Mas a "Diamond Angola Company" afirmou

com tóda autoridade que "só morreram 200". De Lisboa chegaram notícias (17 de abril) de que Salazar decidira intervir com mão forte e iniciara preparativos para uma ação militar à altura, com o envio de mais 25.000 homens para combater os "Bakongo" nas selvas do Norte.

Os portugueses residentes em Luanda, a essa altura, partiam para a ação isolada por plena autorização do Governo. Num período de 7 semanas, até 3 de maio, foram matados a tiro, 30.000 nativos, conforme foi dito pela imprensa londrina, dando como fonte depoimentos colhidos em Luanda. Logo em seguida, referindo à aproximação da estação da sêca (época da colheita) o "Observer" disse que 50 mil negros haviam sido mortos e outros 100 mil colaboracionistas estavam sendo caçados. O "Mirror" publicou um relato dramático de seu repórter em Luanda, que viu um africano ser jogado de um edifício de seis andares, enquanto, no quarteirão em frente, outros brancos esquartejavam um negro. A 19 de maio "Time" disse que num subúrbio de Luanda mais 33 negros foram mortos durante uma batida ("operação limpeza") da polícia que procurava um depósito de armas. Essa informação foi confirmada pelo próprio Departamento de Informações e Turismo do Governo através de notas nos jornais locais.

Em Lobito (400 quilômetros de Luanda) foram feitas 1.500 prisões e os detentos jogados numa prisão com capacidade para 100 pessoas. Para ser preso bastava que o nativo possuísse uma bíblia, uma gramática, um rádio, um livro, um símbolo de feitiçaria inidentificável para o branco. Êsse tipo de prisão estendeu-se por tóda Angola, atingin-

do muitos padres, que foram mandados para Lisboa. O esforço para destruir o nativo com alguma cultura centralizou-se principalmente sôbre o clero nativo. Uma carta do Rvemo. C. J. Parsons, da Sociedade Missionária Batista de 18 de julho, ao "Guadian", diz que pelo menos 17 padres foram mortos, enquanto outros 30 estavam presos e mais 90 desaparecidos.

Do outro lado da fronteira Norte de Angola, no Congo livre, foram chegando em média 800 refugiados por dia. E em junho, o Exército e a Polícia já tinham dado provas de que estavam incapacitados para agir. As bombas incendiárias, as descargas de metralhadoras, iam matando inocentes e deixando vivos os reais combatentes, dispostos em táticas de guerrilha, em bandos armados de "katana" (cacête com pontas de prego ou facão), bacamartes feitos de canos roubados e arame, lanças, flechas, que aos poucos iam sendo substituídas por modernas armas contrabandeadas do belga.

Em 4 de junho, quatro meses depois do ataque à prisão de São Paulo, jornais de Londres narravam que os terroristas haviam atacado uma aldeia a menos de 10 milhas do porto de Ambriz, a apenas 87 milhas da capital. Em 22 de junho sitiaram Ambriz, 300 insurretos entraram nas suas ruas, tomaram o aeroporto. A êsse tempo, grande parte de Angola estava sob contrôle dos revoltosos e o próprio Governo português confessava que a ação terrorista já se deslocava do Norte em direção ao Sul, para além do rio Cuanza, em região até então considerada fóra de perigo. A 190 quilômetros de Luanda, em Nôvo Redondo, a seguir, a Polícia descobria uma orga-

nização terrorista com planos para matar todos os brancos e nativos a êles fiéis. Em Pôrto Alexandre, a 125 milhas ao Norte da fronteira, foi descoberta uma conspiração de 300 operários entre 5.000.

A Polícia continuou soltando informação desse tipo. Antes de justificar a sangrenta repressão contra os negros, elas serviam mais para provar o caráter nacional da revolta e baixar o moral das populações brancas. Coincidiu essa fase com a chegada a Paris e Londres de grupos de refugiados, que aí deram depoimentos de viva voz sôbre a verdadeira situação em Angola. Mostraram os refugiados, como não só os "Bakongos", lutavam mas também os "Kimbundus" (habitam entre o Rio Bakongo e o Cuanza) e os "Ovimbundus" (ao sul do Cuanza). E lutava-se também ao longo da parte ocidental margeando a estradã de ferro de Benguela.

No Norte as fôrças portuguesas já haviam forçado 130 mil crianças, velhos e mulheres a procurar refúgio no Congo, levando no corpo as queimaduras produzidas pelas bombas de "napalm". A revolta prosseguia em "Nambuangongo", Luanda, Icolo, Bengo, na terra dos "Kimbundus". E ao mesmo tempo em que prosseguia a caçada indiscriminada de negros nas ruas de Luanda, já se começava a falar entre os brancos em luta 'apenas por mais um ou dois anos'.

Aproxima-se Janeiro, a estação das chuvas, quando os negros são donos das matas, das estradas, das vias de acesso, porque êles mais que os brancos conhecem os segredos da terra. O Governo

português já despejou aqui um total de 45 mil homens, entre paraquedistas de 18 e 20 anos, sem a experiência de guerra na floresta. Para operações em praias onde os revoltosos já tomam posições, estão chegando contingentes de fuzileiros navais. A 31 de outubro vimos desembarcar no cais de Luanda, mais 500 desses jovens alegres, ante os olhares ameaçadores de trabalhadores nativos da Aduana. Vimos, no cais, centenas de caminhões para transporte de tropas, jipes, pequenos carros de assalto, com o emblema das Fôrças Armadas de Portugal, mas todos trazendo ainda no chaciz o número de referência dos depósitos de material da NATO. Portugal arma-se com a ajuda da NATO e sem essa ajuda êle não terá condições de enfrentar por mais algum tempo a luta em Angola. A Noruega recusou-se a vender armas a Salazar e condenou públicamente a política colonialista portuguesa em África. A Inglaterra é, por enquanto, o maior aliado de Lisboa.

Ao mesmo tempo em que um funcionário do Governo português diz que a revolta de Angola é obra comunista, outro acusa os americanos de serem os fomentadores e apontam o clero como instrumento do "imperialismo ianque". A opinião divide-se e confunde-se e os jornais de Luanda (destacando-se a "Província de Angola") desmandam-se em ataque à ONU, a que chamam de corja de "celerados, casa de vândalos". Mas foi o próprio Ministro das Relações Exteriores de Portugal, Franco Nogueira, quem confessou (em julho) que o número de refugiados angolanos no Con-

go já sobe a 100 mil, desmentindo, por outro lado, que o número de mortes atinja 50 mil, quando é sabido e dito nas ruas de Luanda que pelo menos 200 mil negros já foram massacrados em menos de dois anos.

Portugueses salazaristas ou da oposição não escondem mais esses crimes, assim testemunhamos em Luanda, inúmeros depoimentos sôbre as barbaridades aqui praticadas em nome da luta “contra o comunismo e o imperialismo americano”. Muitos se gabam de ter matado e poder continuar matando. “A esses cachorros mataremos todos” — disse-me um motorista português, sem que eu lhe perguntasse nada, só por vir passar na rua um negro que cruzava a frente de seu carro.

O Reverendo Malcolm McVeigh, de Stanhope (Nova Iorque), missionário da Igreja Metodista, em Angola, foi um que escapou do cêrcio da PIDE e pôde chegar aos Estados Unidos para contar o que assistiu. Num documento publicado a 1.º de julho, nos Estados Unidos, o padre conta a sua experiência de Angola entre 1958 e 1961. Começa dizendo que desde a Guerra da Coréia surgiu em Angola (e em tôda África) movimentos em prol da independência. Cita os grupos atuantes (Movimento Popular de Libertação de Angola — MPLA — do intelectual negro Mário de Andrade e a União dos Povos Angolanos — UPA — chefiada por Holden Roberto. E diz que “é errôneo considerar êsses movimentos comunistas ou organizados no exterior”. Comenta que, a se admitir que a reação angolana tem apoio no

Leste “êsse estado de coisas se deve ao ceticismo quanto ao interêsse por parte do Ocidente na Libertação dos povos africanos”.

Depois de confirmar os massacres que se sucederam ao ataque à prisão de São Paulo, em Luanda, diz o missionário americano que se seguiu à revolta na Baixa de Cassange (nunca noticiada), ocorrida em princípios de fevereiro. Os africanos atacaram as plantações e plantadores, mas não sequearam as casas. Foi uma demonstração mais contra a “Cottonag”, emprêsa do Govêrno para a plantação e industrialização do algodão. Um general foi incumbido de esmagar a rebelião. E conta o reverendo:

“As informações que temos vieram principalmente de fontes africanas, pois a imprensa portuguesa nada divulgou a respeito. Nenhum missionário foi autorizado a penetrar na região, mas sabe-se que o número de mortes sobe a várias centenas. Muitos africanos fugiram para o Congo. Suas aldeias foram bombardeadas e contra elas desfechadas a “operação limpeza”. Visto que Malange foi o ponto de partida, podemos afirmar que centenas de soldados foram mandados para lá e que se viram muitos aviões voando naquela direção. Um sacerdote informou que o cheiro de cadáveres era quase insuportável”.

Joaquim Monteiro (Governador de Malange e natural do Cabo Verde) apurou que os africanos tinham razão, nas queixas contra a “Cottonag”. Fêz distribuir panflêtos na língua nativa garantindo que nunca mais seriam tratados daquela maneira. Dois meses depois Joaquim Monteiro foi chamado a Lisboa e, sob promessa de que inte-

graria uma comissão na ONU, afastado do cargo. Relata o missionário americano que "a brutal repressão da revolta da Baixa de Cassange mergulhou na mais completa melancolia a população africana do distrito de Melange, mas os jornais portugueses nunca disseram uma só palavra sôbre o assunto. Dessa maneira contribuíram diretamente para o assassinio, um mês depois, de quase mil portugueses brancos em fazendas isoladas do Norte de Angola".

A 15 de março os negros lançaram uma ofensiva que matou centenas de portugueses, incluindo mulheres e crianças. O massacre foi noticiado em detalhes pela imprensa. Nada se disse, porém, sôbre a repressão. Foi rápida e violenta. "Estávamos realizando reuniões religiosas — conta o missionário — quando os ataques começaram. Estivemos alí até 18 de março e podemos afirmar honestamente que os africanos residentes na região não sabiam o que estava ocorrendo. Êles sabiam tanto quanto nós. A 18 de março o chefe do Pôsto Policial veio ver-nos para pedir que partíssemos imediatamente porque "iriam bombardear as aldeias".

O bombardeio atingiu todo Distrito de Bembo e do Congo. Os que não morreram ou fugiram, foram presos. "Nossos pastores e membros da Igreja nas regiões de Golumbo Alto, Ambaca, Don-do, Cacusó e do Libolo, foram presos e muitos dêles mortos. Começou, então, um reino de terror".

A Igreja Metodista possui missões em Angola desde 1885. Possui Igrejas em três regiões atingidas: Baixa de Cassange, Luanda e Dembos. Segundo o reverendo Malcolm, noutras partes, ainda que alí não houvessem atividades re-

beldes, os padres foram presos ou mortos. Diz êle: "dos 167 pastores e professôres da região de Luanda, 26 provavelmente ainda se encontram na região; 21 foram mortos; 34 ainda estão em liberdade, enquanto se desconhece o paradeiro de 76".

Na Missão Católica de Luanda, entre padres capuchinhos italianos, o capitão-tenente Nelson Campos Penteado (da Ordem Passionista), capelão do "Custódio de Melo", ouviu o relato de fatos que corroboram as informações sôbre a perseguição aos religiosos que se dedicam à tarefa de catequese e educação das populações nativas.

Segundo relataram os capuchinhos ao capelão brasileiro, de 30 padres da Missão Católica restam 21: três foram assassinados, um envenenado e outros desapareceram. Padres seculares nativos desapareceram e continuam desaparecendo. Contra êles os portugueses espalharam entre a população branca que estavam ministrando a comunhão com Óstias envenenadas. A Polícia se encarregou de forjar provas, nem que para isso tivesse que recorrer ao sacrilégio e profanação de Igrejas.

Nas sedes das paróquias católicas, as escolas foram destruídas e todos os negros que tinham alguma instrução presos ou mortos. As crianças, com mêdo de serem perseguidas, continuaram refugiadas nos conventos, mas recusando-se a comparecer às aulas. Um professor prêso, encarregado de uma escola católica, contou aos capuchinhos que, sob suspeita de estar colaborando, teve que dar explicações durante oito dias. O

regime de suspeita é dos dois lados. Os negros também prendem e matam quando desconfiam de traição.

Os capuchinhos queixam-se de serem incomodados pela PIDE sob acusação de estarem ajudando os negros. O clero católico da metrópole, pela mesma razão, recusa-se sistematicamente a vir para Angola. Acontece freqüentemente Bispos portugueses desrespeitarem ordens de Roma nesse sentido.

Por fôrça das circunstâncias, é reconhecido que o clero nativo angolano identificou-se com o movimento nacionalista e, para cada padre morto, há sempre mais um que entra para os quadros rebeldes. Esse clero nega a ausência de qualquer influência comunista no movimento revolucionário. No entender dos capuchinhos italianos se há comunismo influenciando os angolanos, por enquanto êle está no Congo, ainda não atravessou a fronteira. Eventuais ataques negros dirigidos contra conventos e Igrejas podem fazer parte de ação isolada de comunistas. Mas, explicam os capuchinhos, que os assaltos praticados pelos negros, em Angola, contra conventos, foram sempre à procura de alimentos ou elementos materiais, como canos e pregos, para fabrico de armas grosseiras.

Enquanto paraquedistas com suas roupas malhadas e pesadas botas de couro de búfalo "made in USA" iam cruzando o passeio do Hotel Turismo, naquela manhã de domingo, em Luanda, Cruz Leal, Chefe do Setor Imprensa do Departamento de Informações e Turismo do Govêrno português, vai tentando

me convencer de que tudo está em paz, em Angola e a imprensa brasileira, nem o Brasil, "nada têm a ver com os assuntos internos de Portugal, porque não têm autoridade moral para isso".

“Lá, vocês matam os índios a fome e sede e Portugal nunca se meteu a dar palpites” — diz êle, dando à voz, a entonação de quem dirige uma advertência. E logo a seguir, como quem procurando remendar alguma coisa, arre-mata:

“Não é admissível que vocês brasileiros falem outra linguagem conosco, senão a de irmãos, ligados por laços sentimentais e históricos, todos com a mesma alma”.

Durante quatro dias que estivemos em Luanda encontramos sempre pela frente êsse português falante e por vezes gentil. Êle conhece os jornalistas brasileiros pelo nome e o nosso êle já tinha no bolso quando desembarcamos em Angola. A sua função é cercar os jornalistas estrangeiros de atenções. Antes de nos conduzir ao hotel por êle indicado, Cruz Leal nos levou ao Departamento de Informações e Turismo, onde um funcionário anotou meu nome por extenso junto a outros registros policiais. Aí eu vi uma arma primitiva, do tipo usado por bandoleiros no começo do século nas caatingas do Nordeste brasileiro: uma espécie de bacamarte, onde a espoleta para produzir a chama é uma cabeça de fósforo e a carga explosiva uma mistura de pólvora com vidro moído, cabeças de prego e veneno. Ela fôra apreendida durante uma “operação de limpeza” nos arredores de Luanda.

Após uma explicação sôbre o manejo da arma, Cruz Leal fêz-me um gentil convite, em nome do Govêrno português,

para um vôo de avião até à fronteira do Congo, onde garantiu que eu não viria nada daquilo que os “bandidos da ONU dizem existir por lá” e, depois, um descanso em Luanda, para em seguida voar pela TAP até Lourenço Marques, do outro lado da África, em pleno Índico, para pegar o “Custódio de Melo”, evitando assim o desconforto de uma travessia de nove dias pelo lendário Cabo das Tormentas. O convite não foi aceito.

Gentilezas dêsse tipo, como muitas outras aqui dispensadas aos brasileiros, nunca conseguiram disfarçar o que se escondia por traz. E nos contactos com jovens oficiais do Exército, e até agentes da PIDE, ouvimos confissões assombrosas. Um oficial paraquedista exibiu-me (não concordou em que fotografasse) um colar de orelhas de negros tombados à mira de sua pistola. Outro mostrou-me um chaveiro com uma orelha pendurada à guisa de “souvenir”. Um motorista de praça a quem perguntei porque haviam tão poucos negros em Luanda, respondeu-me com uma gargalhada:

“Aqui não há mais dêsses animais. Matamo-los todos”.

Uma tarde fui ao aeroporto de Luanda levar despedidas a um amigo brasileiro que regressava ao Brasil. Já, por traz da fila de aviões comerciais, vi bombardeiros portugueses recebendo bombas de “napalm” sob as asas para mais uma incursão contra os rebeldes do Norte. Na volta ao hotel, perguntando a outro motorista quem êle julgava responsável pelos distúrbios em Angola, ouvi dêle esta resposta surpreendente:

“São os americanos. Demos cabos de alguns dêles e expulsamos outros”.

Duas vêzes assisti em portas de “ca-

barets” conflitos entre paraquedistas e a Polícia Militar local. Sem perceber, Cruz Leal deu-me a explicação para a origem da rixa: os paraquedistas se julgam os únicos com autoridade para bater e matar os negros, privilégio que a Polícia quer partilhar. Exemplo dêsse estado de coisas testemunhou o guarda-marinha brasileiro Vicente de Paula Casales, acidentalmente envolvido num episódio ligado à luta de brancos contra pretos. Surpreendeu êle, nos fundos do Hotel Turismo, quatro brancos espancando um negrinho de 14 anos (dois seguravam e dois batiam com pau e pedaço de mangueira). Revoltado, o guarda-marinha libertou o negrinho das mãos dos espancadores, no justo momento em que chegava um cabo paraquedista.

“O brasileiro tem razão. Soltem o negrote. Vocês não podem bater nos negros. Nós estamos aqui para isso” — disse o cabo, dirigindo-se aos quatro brancos.

Um funcionário do Consulado Brasileiro em Luanda falou-me da existência de um campo de trabalho forçado nas proximidades da capital. Aí, segundo êle, os trabalhadores são acordados pela madrugada a chicotadas e quando resistem, são jogados numa prisão onde passam a milho sêco, bebendo a própria urina.

Um marinheiro negro, que fêz camaradagem com a guarnição do “Custódio de Melo” e passou a fazer refeições a bordo, recusou-se sistematicamente a dizer-me onde estão a mulher e os filhos.

“Desapareceram” — disse-me êle, por fim, quando lhe perguntei se era verdade que os irmãos de sua mulher eram revoltosos no Norte.

Outro marinheiro branco, português, contou-me que êle e qualquer militar tem poderes para interpelar qualquer negro que encontre na rua. Se a resposta não for considerada satisfatória (geralmente não é) pode prendê-lo ou matar. Disse-me que geralmente a cena é rápida: puxa o revólver e pergunta ao negro se êle sabe o que é aqui-lo. Depois manda que abra a bôca. "Assim eu acerto bem no fundo da garganta".

Um jovem cabo paraquedista, que foi obrigado a interromper seus estudos universitários para vir combater em Angola, queixou-se de que os saltos sôbre a mata são perigosos. "Estou escalado para saltar por êsses dias e não sei se voltarei com vida". Acusou o alto comando português de dirigir, da metrópole, uma guerra em terreno e condições que não conhece.

O descontentamento parece lavar entre as camadas civís e os soldados. Há informações de que pais, mães, queixam-se da sorte de seus filhos jogados na guerra de Angola. As noivas queixam-se da ausência de seus noivos. Enquanto o "Custódio de Melo" esteve atracado em Luanda, a Polícia portuguesa manteve um pôsto policial para controlar a entrada e a saída ao cais, temendo pedidos de asilo. Um comerciante branco angolano contou-nos que o mêdo domina tôdas as áreas do Govêrno. Citou, a exemplo, o caso do petróleo, que continua no sub-solo, enquanto o Govêrno teme explorá-lo, a fim de não despertar mais ainda os sentimentos nacionalistas. Sabe-se que Angola é uma

das maiores reservas de petróleo da África. As prospecções começaram em 1952 e já em 1955 iniciava-se a exploração de 3 campos, onde funcionavam 15 poços, com índice médio de 700 barris diários. O número de campos e poços é muito maior e dentro da própria Luanda há muitos prospectados, porém lacrados.

Para garantir a situação e levantar o moral das populações brancas, a concentração de tropas aumenta dia a dia. Até agora há 45 mil homens. Novos aviões estão chegando e com êles mais bombas de "napalm". Pequenos aviões de reconhecimento realizam batidas sucessivas, levando na barriga a sigla "UPA", para atrair os nativos, truque êsse que êles já descobriram. Os preparativos têm vistas a Janeiro, quando se iniciam as chuvas.

Por outro lado, ninguém esconde que Portugal caminha para o desastre econômico e que o Exército não conseguirá em Angola os objetivos planejados para o período da sêca. Dá-se como perda dois têtços da safra de café. De 100 mil homens de que o Govêrno necessitava para a colheita no Norte, não conseguiu reunir 2.000 em Luanda. Cada dia de trabalho está custando ao Govêrno 2 milhões de escudos. As reservas cafeeiras de 1960 já estão se esgotando.

O Govêrno português não dá explicações sôbre a situação financeira da metrópole e da "província". A Bolsa de Londres acredita que Portugal estará em bancarrota dentro de dois anos. As operações militares obrigam a um aumento de mais 44 bilhões de cruzeiros no orçamento próximo.

É sabido que o Govêrno português está dividido entre a hierarquia e o que

se pode chamar de “contingente”. O estado maior, os altos comandos, os velhos generais, brigadeiros, almirantes, que sustentam a ditadura e nela se sustentam, não têm um perfeito conhecimento da guerra na selva. Tentativas para remediar essa situação são feitas com cursos especiais ministrados por oficiais franceses e ingleses especialistas em manobras na Argélia e no Quênia.

As mobilizações são feitas de última hora, improvisadas e cada vez mais aumenta o número de deserções entre jovens oficiais angolanos “assimilados” que se recusam a vir combater a sua gente. Estes, com cultura militar, engrossam as fileiras de Mário de Andrade, com mais de 100 mil jovens oficiais e intelectuais entre Acraa e Elizabetville, prontos para a ação militar de apôio aos terroristas de Holden Roberto.

Assisti, em Luanda, uma das muitas manifestações com que o Governo português tenta preparar o povo para resistir aos apelos nacionalistas. A concentração lembra muito as reuniões fascistas: muita bandeira, muitos “vivas” e um alto-falante gritando patriotadas e músicas. Tratava-se de uma homenagem ao Ministro de Ultramar, Adriano Moreira, a quem, segundo se diz em Luanda, uma cúpula da metrópole instrui para numa eventualidade substituir Oliveira Salazar no poder.

“Deus, Pátria e Portugal”, dizia um cartaz. “A Pátria nos une”, lia-se noutra, ao lado de muitos outros com coisas assim: “Obrigado, Salazar; obrigado

Adriano”; “nós já nascemos portugueses”; “nós vamos morrer portugueses”; “Viva Portugal, vivam os governantes da Nação” e “Fóra bandidos da UPA”, “Morra Roberto Holden”.

Antes, no imenso pátio frente ao Palácio do Governador da Colônia, pés no chão sôbre o asfalto quente, ao compasso da rítmica de tambores e instrumentos nativos, conjuntos folclóricos, representando tribos de diferentes regiões, trazidas de caminhões oficiais, dançaram os passos de uma dança contagiante, cantaram cânticos guerreiros, debaixo de bandeiras portuguesas. A dança e o batuque terminaram quando o funcionário do Govêrno viu que o moral da gente alí concentrada já estava suficientemente levantado para enfrentar discursos e xingamentos de 10 oradores. À distância, sonolentos, à sombra das árvores, sob o pêsso de metralhadoras, fuzís, material de campanha, soldados negros não pareciam à espera do sinal para entrar em ação.

Aos discursos, seguiu-se uma distribuição de pequenas bandeiras, depois de uma acirrada barreira de “urras”, “vivas” e gritos de brancos de “morra Roberto Holden”. Meninos, meninas, desnudos, subnutridos, lançaram-se uns sôbre os outros, atiçados pelo fanatismo. Súbito, de um canto da praça, irrompeu um grupo que se misturava ao povo e que, avançando sôbre funcionários portugueses, tiraram-lhes das mãos molhes de bandeiras, passando a rasgá-las com fúria. Os soldados continuaram na sombra onde estavam. Eles eram negros como negros são os quatro milhões e meio de nativos que lutam pela independência de Angola.

